

Política
— CONSTITUINTE —

CENTRÃO PREPARA SUAS EMENDAS

O Centrão deve fechar hoje o conjunto de suas nove emendas substitutivas aos nove títulos do projeto de Constituição (oito títulos e mais as disposições transitórias). Além disso, vai começar a recolher as 280 assinaturas necessárias para conseguir preferência de votação no plenário. Se a matéria for aprovada, também por maioria absoluta, o projeto da Comissão de Sistematização estará prejudicado nos pontos aprovados.

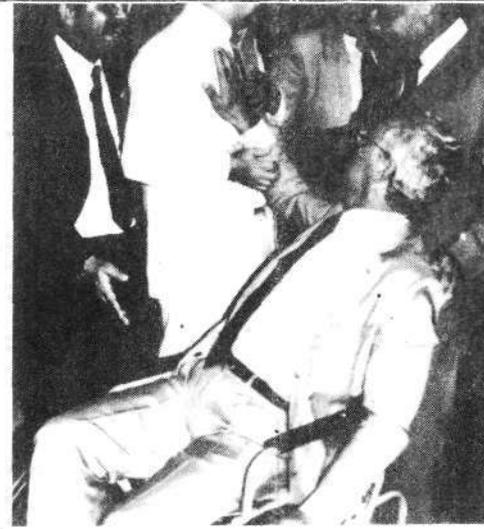
O dia de ontem foi tomado pelos relatores especiais do Centrão — Bonifácio de Andrada, José Lins e Paes Landim — no ajuste das nove emendas substitutivas, porque elas receberam sugestões de muitos membros do grupo e foram alteradas em muitos pontos. O Centrão prometeu divulgar hoje as suas emendas.

No tocante às disposições transitórias, o Centrão não vai alterar duas das principais decisões da Sistematização, segundo antecipam e garantem seus líderes, como a redução do mandato do presidente José Sarney para quatro anos e a implantação do sistema parlamentarista de governo já a partir de 60 dias após a promulgação da futura Constituição. (Veja na página 3 que a maioria dos constituintes tem posição diversa quanto ao sistema de governo.) A Comissão de Sistematização chegou a fixar a data de 15 de março deste ano para a promulgação, data impossível de ser cumprida porque até lá ainda não estará promulgada a nova Constituição.

Com relação à estabilidade do traba-



Cardoso Alves chegou de cadeira de rodas para votar...



...mas não houve quórum.

lhador no emprego, o Centrão optou por endossar a proposta dos empresários gaúchos, rejeitada com vigor pela Sistematização, com o voto contrário até mesmo do senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria. Essa emenda garante: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros previstos nesta Constituição: a) estabilidade no emprego, após doze meses, através de garantia em caso de despedida sem justa causa, de indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado ou

fração, além do Fundo de Garantia e nos casos de força maior, na forma prevista em lei".

O projeto do Centrão reduz em 50% o valor da hora extra. Enquanto a Sistematização fixou a hora extra em dobro, o Centrão pretende que sejam pagos 50% da hora normal por cada hora trabalhada fora do turno do trabalhador.

Ainda no tocante à questão do trabalhador, o projeto do Centrão vai proibir claramente a possibilidade de imprescritibilidade das causas trabalhistas, que permitiria — caso passe o projeto aprova-

do pela Sistematização — que o trabalhador, em qualquer tempo, pudesse processar a empresa por todo o período em que trabalhou ali. O Centrão vai manter o que está na legislação atual: o empregado somente pode processar a empresa pelos dois últimos anos trabalhados e até dois anos após sua demissão, caso contrário toda causa trabalhista estará prescrita.

Na área econômica, que mereceu mais atenção dos relatores especiais do Centrão, com muitas alterações daquilo que foi aprovado pela Sistematização, o grupo mexeu principalmente no conceito

de empresa nacional (considerando que é empresa nacional aquela que tem sede e administração no País), regulamentação das remessas de lucros das empresas estrangeiras e retirou do Estado a função de controlador da economia.

Para a reforma agrária, o Centrão tratou de redigir um novo texto, aumentando as garantias do proprietário rural e alterando o conceito de função social da propriedade. Pelo projeto do Centrão, a propriedade produtiva, independentemente do seu tamanho, não será objeto de desapropriação para fins de reforma agrária. O caput do artigo que trata da reforma agrária foi alterado para o seguinte: "É garantido o direito de propriedade do imóvel rural cujo uso corresponda a uma função social".

Da mesma forma, garante a proposta do Centrão, toda indenização deverá ser paga em dinheiro e, se precedida de processo administrativo fundamentado em vistoria do imóvel rural, com a participação do proprietário ou do seu legítimo representante. Não serão passíveis de desapropriação os pequenos e médios imóveis rurais (o que já está no projeto da sistematização) e as desapropriações obedecerão a 75% do imóvel.

Ao todo, o Centrão quer mexer em cerca de 350 a 400 dispositivos daquilo que foi votado pela Sistematização, muitas alterações das quais serão até de difícil exame porque, para cada um dos títulos, o grupo vai elaborar um emendão completo ou emenda substitutiva.

Pedido: "Constituição já". Previsão: votação só amanhã.

Uma sessão vazia marcou o reinício dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, ontem. Com apenas 119 parlamentares na abertura da sessão (mais tarde a Mesa contou 177 presenças), a votação dos destaques do projeto de regimento interno acabou adiada para hoje. Para a maioria dos líderes partidários, porém, a votação só acontecerá mesmo amanhã. Mais pessimista, Amaral Neto, do PDS, não acredita que se vote qualquer coisa esta semana, pela falta de quórum (não há lugar nos aviões para a volta dos constituintes) e pelas dificuldades de negociação do Centrão com os partidos de esquerda. "Sem negociação não vamos votar nada", advertiu.

Mesmo assim, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, mantém sua certeza de que a nova Carta ficará pronta dentro de 45 dias ou pouco mais. "Para isso — explicou — pretendo não realizar sessões pela manhã para, neste período, junto às forças representativas, coordenar a votação na parte da tarde. A noite, realizaremos sessões que se estenderão, inclusive aos sábados e domingos."

Mas, para o líder do PDS, Amaral Neto — um dos principais articuladores do Centrão — Ulysses "está delirando". Ele calcula o fim dos trabalhos constituintes apenas para junho ou julho, lembrando que no meio da votação teremos os feriados do carnaval e da Semana Santa.

Sobre as mudanças no regimento interno, Ulysses disse que "havendo número votaremos em uma sessão, mesmo que haja

necessidade de prorrogação". Ele espera o encerramento dos trabalhos hoje. Por isso, apelou para que todos se fixem num único objetivo: "Constituição já, como aconteceu com as diretas já, pois todo o País espera pela promulgação dessa Carta a fim de que muitas questões importantes sejam definidas. É preciso deixar de lado outras discussões que desviem as atenções sobre a Constituinte".

E "Constituição já" foi a palavra de ordem de vários oradores, entre eles o vice-presidente da Constituinte, Mauro Benevides, que louvou os esforços de Ulysses para que a Carta seja votada o mais rápido possível.

Já Lysâneas Maciel (PDT) e José Genoíno (PT) acusaram o Centrão pela demora nos trabalhos constituintes. Genoíno garantiu que os pedidos de destaque (o ponto de

atrito entre o Centrão e as esquerdas) serão mantidos, enquanto Lysâneas Maciel insistia em que o "Centrão não quer votar coisa alguma e culpa os partidos menores".

O líder em exercício do PDT, Amaury Muller, afirmou que o Centrão terá de negociar pelo menos um ponto dos destaques se quiser concluir as votações: diminuir o número mínimo de subscritores para a apresentação de pedidos de destaque no plenário da Constituinte. Ele acredita que os 30% (187 constituintes) exigidos é um número muito alto, impossível de ser conseguido por qualquer grupo, além do próprio Centrão.

Mas o líder do PFL na Câmara, José Lurenço, foi taxativo: "Não há o que negociar, vamos bater chapa no plenário", disse, confiante na força do grupo para derrotar os cinco destaques que faltam.

"O palco é de todos, mas o jogo é da maioria", afirmou Lurenço, para quem "os entendimentos sempre são possíveis, mas não com gente com a mentalidade de Stálin em 1917".

Segurança

A Polícia Militar do Distrito Federal deu início ontem à segurança externa do prédio do Congresso Nacional com apenas cerca de 20 dos 80 homens que deverão fazer a segurança da Constituinte. O reduzido efetivo deve-se ao calmo dia de ontem, já que não estava prevista a realização de nenhuma sessão de votação ou manifestação por parte do populares.

Além dos 80 homens da PM do Distrito Federal, o Congresso contará ainda com outros 250 agentes de segurança, sendo 200 da Câmara e 50 do Senado. Os seguranças terão como missão guardar o acesso ao plenário, para evitar que ocorram tumultos semelhantes aos registrados durante a votação das mudanças no Regimento Interno propostas pelo Centrão.